

INFLUÊNCIAS DA PANDEMIA NO MEIO DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

INFLUENCES OF THE PANDEMIC ON THE COMMERCIALIZATION OF FAMILY FARMING

Tainá Dutra da Luz

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
tainadutra2003@gmail.com

Poliana Aparecida da Silva Ramos

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
psico_polianaramos@outlook.com

André Felipe Queiroz

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
andre.queiroz@ifms.edu.br

Fábio Henrique Paniagua Mendieta

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
fabio.mendieta@ifms.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero

Resumo

O mundo sofreu desde o início de ano de 2020 com a pandemia ocasionada com o avanço do contágio de Covid-19. A pandemia alterou, além das relações sociais, os empreendimentos devido a alteração de comportamento dos consumidores e restrição ocorrida pelo isolamento social. O presente trabalho tem como objetivo efetuar um levantamento do Impacto da Covid-19 na comercialização dos assentamentos rurais próximos ao município de Ponta Porã – MS a fim de verificar qual assentamento teve maior impacto em seus empreendimentos. Para atingimento do objetivo, uma survey com questionário contendo escala tipo likert 5 pontos foi efetuada em 6 assentamentos. Os dados foram analisados por meio do teste de Kruskal-Wallis. Os resultados demonstram que os agricultores familiares do assentamento Dorcelina tiveram um impacto maior da pandemia em seus negócios em comparação com os outros assentamentos. Indica-se aos gestores públicos, medidas de urgência que visem fomentar a comercialização e o complemento de renda para as famílias desse assentamento.

Palavras-chave: Agronegócio. Agricultura Familiar. Covid-19. Pandemia. Pequenos produtores.

Abstract

Since the beginning of 2020, the world has suffered from a pandemic caused by the spread of Covid-19 contagion. The pandemic changed, in addition to social relations, businesses due to the change in consumer behavior and the restrictions caused by social isolation. The present work aims to carry out a survey of the Impact of Covid-19 on the commercialization of rural settlements close to the municipality of Ponta Porã – MS in order to verify which settlement had the greatest impact on their enterprises. To achieve the objective, a questionnaire survey containing a 5-point Likert scale was carried out in 6 settlements. Data were analyzed using the Kruskal-Wallis test. The results demonstrate that family farmers in the Dorcelina settlement had a greater impact from the pandemic on their businesses compared to other settlements. Recommend urgent measures to public managers to promote commercialization and supplement income for families in this settlement

Key words: Agribusiness. Family farming. Covid-19. Pandemic. Small farmers.

1. Introdução

O mercado brasileiro foi profundamente afetado pela pandemia do Covid-19 a partir de 2020 (Salomé et al., 2021). Conforme dados do SEBRAE (2020) aproximadamente 12 milhões de empreendimentos foram afetados, impactando aproximadamente 46,6 milhões de pessoas. Houve uma redução de 69% no faturamento de pequenos empreendimentos varejistas no país (SEBRAE, 2020). Ainda de acordo com Salomé et al., (2021) os pequenos empreendimentos foram aqueles que mais sofreram com a pandemia.

Nesse contexto, encontram-se os pequenos comerciantes rurais da agricultura familiar, de acordo com a legislação vigente agricultor familiar e empreendedor familiar rural é quem pratica atividades no meio rural e concomitantemente: não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A relevância da agricultura familiar no Brasil é observada por meio dos dados do Censo Agropecuário de 2017 que, segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (IBGE, 2017), demonstra que, do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 77% pertencem a grupos familiares, sendo aproximadamente 3,8 milhões de estabelecimentos e representando 23% da área total, em hectares, de estabelecimentos agropecuários no país.

Dessa forma, considerando que o município de Ponta Porã possui diversos assentamentos rurais com agricultores familiares, surge o seguinte questionamento: qual assentamento sofreu maior impacto da Covid19? Assim, o objetivo geral desse trabalho é efetuar um levantamento do Impacto da Covid-19 nos assentamentos rurais próximos ao município de Ponta Porã – MS a fim de verificar qual assentamento teve maior impacto em seus empreendimentos.

2. Referencial Teórico

2.1 Agricultura

No início das civilizações, os homens viviam em bandos nômades de acordo com a disponibilidade de alimentos que a natureza espontaneamente lhes oferecia. Segundo Crucinsky (2015), dependiam da coleta de alimentos silvestres, da caça e da pesca. Não havia cultivos, criações domésticas, armazenagem e tampouco trocas de mercadorias entre bandos e no período de seca, eles se concentravam em florestas, o que facilitava a colheita.

Porém o local do qual eles se instalavam por um período lhes ofereciam fartura, até que se começava a ter dificuldades em encontrar alimentos tanto na caça, coleta e pesca obrigando-os a mudar sempre de lugar. Durante milhares de anos, as atividades agropecuárias sobreviveram de forma muito extrativa, retirando o que a natureza o que ela espontaneamente lhes oferecia.

Com o passar dos tempos, descobriram que as sementes das plantas, devidamente lançadas ao solo, podiam germinar, crescer e frutificar e que animais podiam ser domesticados e criados em cativeiro (Mazoyer; Roudart, 2010).

O começo da agropecuária é também o início da fixação do homem a lugares pré-definidos. Com o estabelecimento do homem, houve a formação de comunidades, surgindo as organizações diferenciadas no que se refere ao modo de produção, tendendo à formação de propriedades diversificadas tanto na agricultura como na pecuária.

Alguns fatores socioeconômicos históricos condicionaram por muito tempo as propriedades rurais, ou mesmo pequenas comunidades, a sobreviver praticamente isoladas e a ser autossuficientes. Fatores como a distribuição espacial da população, a carência de infraestrutura, a pouca evolução da tecnologia de conservação de produtos e as dificuldades de comunicação (Runde, 2015).

Historicamente, o homem passou de um meio natural para um meio técnico e após a década de 1970, chegando ao meio técnico-científico-informacional, onde se faz cada vez mais latente o papel das ciências enquanto mola do crescimento da humanidade (Santos, 2006).

Apesar de a produção ser centralizada em pequenas propriedades, com o baixo uso de tecnologia, porém, pelo potencial da cultura, essas áreas podem ser melhor aproveitadas e exploradas, para obter maior produtividade da lavoura. Sendo em muitos dos casos a produtividade é alcançada apenas pelo acesso às informações técnicas que contribuem de forma significativas para melhoria da produção agrícola (Barros, 2005). As propriedades praticamente produziam e industrializavam tudo de que necessitavam, eram quase autossuficientes. Por isso, qualquer referência à "agricultura" relacionava-se a todo o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, das mais simples às mais complexas, quase todas dentro das próprias fazendas.

Ainda é comum ser encontrada, em literatura e em citações, a divisão da economia em três setores: primário, secundário e terciário, incluindo no primeiro setor o conjunto de todas as atividades desenvolvidas no meio rural, inclusive as agroindustriais.

A agricultura de antes, ou setor primário, passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos que vêm de fora. Depende também do que ocorre depois da porteira, como armazéns, de diversas infraestruturas como (estradas, portos e aeroportos), das agroindústrias, mercados atacadista e varejista, softwares, bolsas de valores, pesquisas, insumos, novas técnicas, e a comercialização de seus produtos e exportação. Cada um desses segmentos assume funções próprias, cada dia mais especializadas, mas compondo um elo importante em todo o processo produtivo e comercial de cada produto agropecuário.

2.2 Agronegócio

Por isso, surgiu a necessidade de uma concepção diferente de agricultura, pois não se trata de propriedades autossuficientes, mas de todo um complexo de bens e serviços que envolvem agentes diversos e interdependentes.

Os primeiros estudiosos a conceituar o agronegócio foram John Davis e Ray Goldberg, professores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, em 1957, que lançaram um novo conceito para entender a nova realidade da agricultura, criando o termo agribusiness (Davis; Goldberg, 1957), que segundo eles era a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Segundo Rufino (1999), o agronegócio é o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos agropecuários 'in natura' ou industrializados. O termo agribusiness espalhou-se e foi adotado pelos diversos países.

No Brasil, essa nova visão de "agricultura" levou algum tempo para chegar, a partir da década de 1980 começa a difusão do termo, ainda em inglês. Os primeiros movimentos organizados e sistematizados surgiram de focos, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Nessa época surgiram a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, Universidade de São Paulo

(PENSA/USP). A ABAG teve a intenção de agrupar segmentos do agronegócio, como os insumos, produtos agropecuários, processadores, indústrias de alimentos e fibras, distribuidores e áreas de apoio financeiro, acadêmico e de comunicação.

Devido a essas grandes transformações, o entendimento do setor somente como agricultura passou a ser insuficiente, o conceito perdeu seu sentido, pois deixou de ser somente rural, somente agrícola e somente primário. Assim, a agricultura passou a ocupar um contexto mais abrangente, denominado de Agronegócio, tradução do termo Agribusiness.

O conceito de agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência, a agricultura moderna extrapolou os limites físicos da propriedade. Dependendo, cada vez mais, de insumos adquiridos fora da fazenda, e sua decisão do que produzir, a quantidade e a forma estão fortemente relacionadas ao mercado consumidor. Há diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços (Bacha, 2000).

Quando se fala em agronegócio, refere-se às atividades econômicas da agropecuária, desde a sua produção, comercialização até a industrialização dos produtos. Dentro disso estão alguns setores que cuidam dessas etapas, como os pequenos, médios e grandes produtores rurais, representantes de indústrias e por fim o setor responsável pela venda do produto agrícola (CNA, 2017; Queiroz; Espejo, 2021).

A evolução da socioeconômica, sobretudo com os avanços tecnológicos, mudou totalmente a fisionomia das propriedades rurais, sobretudo nos últimos 50 anos. A população começou a sair do meio rural e dirigir-se para as cidades, passando, neste período, de 20% para 70% a taxa de pessoas residentes no meio urbano, especificamente no Brasil. Porém o avanço tecnológico foi intenso, provocando saltos nos índices de produtividade agropecuária (Araújo, 2007).

Com isso, menor número de pessoas são obrigadas a sustentar mais gente, assim, as propriedades rurais cada dia mais, perdem sua autossuficiência, passam a depender mais de insumos e serviços que não são seus.

Surgindo a necessidade de se especializarem em determinadas atividades, para assim gerar excedentes de consumo e abastecer mercados, às vezes, muito distantes. Com grande escala na exportação, o Brasil tem sua economia fortemente movimentada pela produção de commodities gerados no agronegócio.

Do mesmo modo, o setor agrícola se modernizou e levou ao surgimento de dois tipos de agricultura nos países em desenvolvimento. Uma altamente mecanizada voltada para o mercado externo, e, outra bastante heterogênea e diversificada, oriunda do campesinato, na qual se insere a agricultura familiar.

Embora existam diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola a propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra (Lamarche, 1997).

Para Chayanov (1974) a diferença entre a empresa capitalista e a produção familiar reside na evidência de que, enquanto a primeira explora o trabalho assalariado, como meio para maximizar seus lucros, a produção familiar objetiva principalmente atender as necessidades da família.

2.3 Agricultura Familiar

Segundo Wanderley (1997), a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Esta diversidade está em torno da exploração familiar agrícola. Assim, muitas das qualidades atribuídas ao campesinato caracterizam também a agricultura familiar.

Nessas circunstâncias, Silva (2016) chama a atenção para a importância do camponês, da pequena propriedade e pequena produção como categorias que estão na origem da agricultura familiar.

Segundo Silva (2016) o camponês é a matriz ancestral do agricultor familiar, por determinar que a natureza da exploração agrícola e a lógica do consumo se fundamentam na satisfação das necessidades do grupo doméstico e por defender o patrimônio natural como espaço de vida e de reprodução social.

A pequena propriedade, a pequena produção e o camponês são categorias elementares endógenos e complementares do universo simbólico hajam vista invocarem um paralelismo recíproco que confere particularidades imanentes para a continuidade dessa atividade. Sidersky (1990), utilizando paralelamente os conceitos do pequeno produtor e da unidade econômica camponesa, estabelece três características básicas para definir a unidade econômica camponesa: o acesso aos meios de produção, entre os quais a terra; o caráter familiar da produção; a relação com o mercado, como articulação com o sistema global capitalista, características estas que também compõem a agricultura familiar.

Estudos sugeriram a emergência de um agricultor familiar moderno, tipo farmer, integrado no mercado, que tenha a profissão do agricultor. Alguns autores buscam compreender a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras formas mais próximas de um ideal camponês (Moraes, 1998). Porém, encontra-se também uma visão evolucionista, que levou à tipologia: agricultura familiar consolidada, de transição e periférica. As organizações dos agricultores abraçaram o novo conceito e entendem a agricultura familiar como um projeto estratégico (Moraes, 1998).

A agricultura familiar é composta por pequenas e médias propriedades das quais a gestão é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, pois é o seu local de trabalho e moradia.

Estas características são também discutidas por Romeiro (1998), apesar do reconhecimento da expressão agricultura familiar no debate acadêmico e nas políticas públicas a partir dos anos de 1990, a questão da diferenciação interna impõe algumas dificuldades cursos naturais, a cultura, dentre outras possibilidades.

Todos estes critérios abordados individualmente para definir a agricultura familiar, apresentam limitações, principalmente, o relativo ao tamanho da área ao não abordar a questão das lógicas internas, da cultura e das representações, dentre outros aspectos, a exemplo da supremacia da eficiência da agricultura familiar em relação ao grande estabelecimento que desde o século passado é o centro de uma polêmica para diferentes cientistas.

Para o FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar deve atender a duas condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado.

Ou seja, a agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho, são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado

Apesar dos autores brasileiros utilizarem também as denominações camponês e pequenos produtores, constata-se a predominância de agricultura familiar nos últimos anos, demarcado pelo surgimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) no início de 1990.

Cada uma destas denominações está intimamente associada a um contexto e ao papel que era relegado a estes atores nos diferentes modelos de desenvolvimento da sociedade brasileira.

A Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso é recente, apresentando inclusive diferentes interpretações e definições sobre o seu significado e amplitude, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, e assim adquire novas significações (Altafin, 2007).

Isso porque a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro e grande parte da produção de alimentos no Brasil advém da agricultura familiar. Na região Nordeste, por exemplo, 82,9% da força de trabalho na agricultura está ocupada na agricultura familiar (Guanziroli et al., 2001) e possivelmente a porcentagem de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar seja até maior que a estimativa nacional.

Mesmo assim, a área que os agricultores familiares ocupam do território é muito menor, se comparada com as áreas dos grandes produtores agrícolas. Ademais, a renda total média das famílias apresenta índices bastante baixos (Guanziroli et al., 2001)

Outro fator importante, é que o termo agricultura familiar funciona como uma espécie de termo “guarda-chuva”, englobando diversas manifestações sociais ligadas ao campo brasileiro, tais como os índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus, que ora eram chamados de pequenos agricultores do Brasil.

Apesar de diferentes, ao longo da formação do Brasil, pequenos agricultores foram considerados secundários e invisíveis nos processos de desenvolvimento. Além disso, é estratégico afirmar-se enquanto agricultores familiares para unir forças e disputar espaço político (Delgado; Bergamasco, 2017).

Segundo Schneider (1999), atualmente, no Brasil, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos populares rurais, acompanhados depois pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Todavia, para além desta legitimidade frente ao estado e às diferentes manifestações da sociedade, a Agricultura familiar é um dos componentes que confere legitimidade às classes populares que não poderiam ser enquadradas como pequenos agricultores ou pequenos proprietários de terra, como os arrendatários, posseiros, entre outros.

A estrutura rural, como já se disse, é extremamente complexa, devido à diversidade que, em geral, caracteriza as atividades desenvolvidas. Essa complexidade, de acordo com Garcia Filho (2000), está embasada na complexidade dos ecossistemas, que representam potenciais ou impõem limites às atividades agrícolas e no modo de utilização do espaço que essas sociedades adotam representando um esforço de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira possível o seu potencial ou minimizar os obstáculos.

Segundo o mesmo autor, “na agricultura, isso resulta na existência de distintos tipos de produtores, que se diferenciam tanto pelas suas condições socioeconômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas” (Garcia-Filho, 2000, p.09).

A agricultura familiar é considerada um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares (Wanderley, 1999). Entretanto, existe consenso sobre certos aspectos: a produção familiar é caracterizada pelo trabalho familiar na exploração agropecuária, a gestão e o trabalho são intimamente ligados e a propriedade dos meios de produção, médias ou relativamente pequenas, pertencem aos proprietários (Marafon; Ribeiro, 2006).

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Conforme a legislação, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria

família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006).

Segundo Altafin (2007), os agricultores familiares são agentes importantes da transição econômica sustentável, ao mesmo tempo que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade.

A agricultura familiar está ligada à redemocratização e às categorias sociais no campo que foram agrupadas sob este novo conceito, caracterizado por Neves (2002) como uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político.

Agora as entidades contrativas são a agricultura familiar e a agricultura patronal. Pode ser incorporada na agricultura familiar toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc., mas não os “verdadeiros” trabalhadores sem-terra e os trabalhadores da agricultura, nem o meeiro.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2018), a agricultura familiar pode ser definida como um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres. A família e a exploração estão ligadas, eles evoluem juntos e eles combinam funções econômicas, ambientais, sociais e culturais (Queiroz et al., 2023).

Assim a importância da agricultura familiar está na capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais. Nesse sentido, pode ser definido como uma forma de vida.

Corroborando com o conceito da FAO, Ploeg (2014) destaca que a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem, ou seja, a realidade dessa forma de produção vai além dos dois principais aspectos comumente usados para descrevê-las: família como proprietária das terras e trabalhos realizados por seus membros.

Segundo dados da FAO (2018) cerca de 80% da produção mundial de alimentos provém da agricultura familiar, sendo responsável por uma ocupação de 85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Ainda destaca que no Brasil mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar, e, esse cenário brasileiro, permite que o país se destaque como a 8ª maior produtora de alimentos no mundo nesse segmento (SEAD, 2018). Assim, a partir da década de 1990, as discussões sobre a agricultura familiar ganham destaque no cenário nacional brasileiro, acarretando a produção de diversos trabalhos acadêmicos especialmente na Geografia Agrária. Nessas publicações se confundem os conceitos de camponês e agricultor familiar.

Na conquista desse reconhecimento acadêmico, político e jurídico, a agricultura familiar pode, em termos bem gerais ou abstratos, ser consensualmente assim conceituada: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado (Neves, 2012).

Conforme Queiroz (2022) a agricultura familiar pode ser considerada como uma forma de pequenos empreendimentos que, apesar de conter um contexto social, também visam ao lucro.

2.4 Saúde no Brasil

A saúde é uma das mais relevantes discussões do setor sócio-político-econômico ao longo da história, sendo considerada também como uma importante dimensão para qualidade

de vida (Paim, 2011). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define “Saúde é um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente ausência de doença ou enfermidade” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1946-48, p.1). Isto é, a saúde é um estado de equilíbrio e harmonia em todos os contextos da vida, incluindo o corpo, a mente e as relações sociais. Desta forma o conceito de saúde inclui aspectos como nutrição adequada, atividade física regular, saúde mental funcional, relacionamentos saudáveis e um ambiente físico social seguro.

Todavia, estudiosos, questionam o conceito de saúde como completo bem-estar e o consideram utópico, sendo que esta ideia induz a uma condição de equilíbrio. Enquanto um fenômeno ampliado, a saúde envolve modos de ser constituída em circunstancia singular e multidimensional (Andrade, 2006). De qualquer forma, tem-se aí uma noção de saúde para além de um caráter apenas individual, na medida em que passa a englobar também um bem-estar social, ou seja, de natureza coletiva.

Foi necessária nas últimas décadas do século XX, uma ampliação desse conceito de saúde para englobar situações que envolvam também variáveis culturais. A Conferência de Ottawa da OMS, em 1886, abriu perspectivas mais amplas, teria incluído uma quarta variável como bem-estar espiritual, ou bem-estar cultural, embora o conceito estritamente oficial permaneça o mesmo - equilíbrio e harmonia entre bem-estar físico, mental e social.

O processo saúde-doença depende, além das análises objetivas, é um processo complexo e multifacetado da articulação com os diferentes determinantes da saúde. Ajuntar com as evidências estruturais, isto é, os fatores externos do entorno social, quanto as condições culturais, ambientais, condições de vida e de trabalho, entre outras (Reis, 1999). Esse conceito se mostra reforçado no Brasil, pela Constituição de 1988, a qual lançou as bases para o desenvolvimento da seção “Da Saúde”, resultando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS, institucionalizado pela Lei Orgânica de Saúde 8.080 de 1990, preconiza que todo o cidadão brasileiro tenha acesso aos serviços de saúde. Desta maneira, é um sistema de saúde diligente, cuja ampla cobertura social e foco centrado na educação, promoção e proteção da saúde (Backes; Koerich et al, 2009). Tendo como base os direitos sociais fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância. Possuindo como objetivo o bem-estar e a justiça social (Paim, 2000).

Por fim, o conceito de saúde é abrangente e reconhece a importância da prevenção, promoção e cuidado integral com a saúde, bem como os fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam a saúde das pessoas.

2.5 A influência da Covid 19 nos negócios rurais

A eclosão do COVID-19 (coronavírus SARS-CoV-2) no final do ano de 2019, a partir da China, provocou uma crise sanitária sem precedentes na história recente. A contar deste momento, a necessidade de ações de isolamento social, diante do elevado número absoluto de infectados, mortes e do iminente colapso dos sistemas de saúde, o encadeamento foram as consequentes repercussões econômicas. Constata-se sinais claros de recessão a nível mundial, advindo da queda abrupta da oferta e demanda na maioria das atividades econômicas (INSPER, 2020).

Desde que as primeiras ocorrências de Covid-19 foram notificadas pela China, com a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitindo seu primeiro alerta em 31 de dezembro de 2019, a doença cresceu de forma exponencial em número de infectados e mortes em todo o mundo. Em 11 de março a OMS designou a doença como “pandemia global”, gerando colapsos nos sistemas de saúde dos países mais infectados (OMS). Com rápida evolução, a Covid-19 atingiu a marca de 4,6 milhões de infectados e mais de 300 mil óbitos em maio de 2020,

seguindo em curva ascendente de infecções, chegando à 760 milhões de infectados e mais de 6 milhões óbitos até março de 2023 (OMS).

Em frente tal aceleração da contaminação e a incapacidade do atendimento médico para o elevado volume de necessitados, foram adotadas medidas de contenção social e restrições de mobilidade sem precedentes na história, como medida preventiva. Os impactos econômicos da pandemia são sentidos amplamente, mas com diferentes intensidades nos diversos setores econômicos e regiões do planeta, impactando os processos de produção quanto às transações comerciais rotineiras.

No agronegócio, setor que envolve atividades que ocorrem em toda a cadeia produtiva (Cunha; Espíndola, 2015), os elos mais afetados pela COVID-19 são aqueles dependentes do emprego de mão de obra e mais vulneráveis à iminente perda de renda por conta da queda da demanda (INSPER, 2020). O agronegócio funciona como um setor econômico relevante para economia e a sociedade. Segundo Talarine et al., (2015) isto se deve ao envolvimento entre cadeia de produção alimentar e setores, como a agricultura, pecuária, indústria e prestação de serviços.

O agronegócio é reconhecido como propulsor importante para o crescimento econômico brasileiro. O desenvolvimento do agronegócio brasileiro nas duas últimas décadas, permitiu que o Brasil se firmasse como um dos mais importantes fornecedores de alimentos para o mundo (Mauri et al., 2017). O país é o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos, carnes bovina, frango e o terceiro maior de milho, e o quarto de carne suína (CNA, 2020). Como também, está na quarta posição de maior exportador mundial de produtos agropecuários, atrás apenas dos EUA, China e União Europeia. Para Nonnenberg (2010), esse crescimento contribuiu significativamente para a estabilidade macroeconômica do Brasil.

Os efeitos das medidas de contenção da Covid-19 foram imediatos “no escoamento de insumos, produção agrícola, processamento agroindustrial e problemas logísticos, gerando problemas como perda de produção, falta de mão-de-obra e diferentes prejuízos nas cadeias agroalimentares” (INSPER, p. 6, 2020). O cultivo de grãos, que é altamente mecanizado em grandes regiões produtoras, como o Brasil, é menos intensivo em mão-de-obra e, por isso, mostrou-se menos afetado (CEPEA, 2020). Porém, é importante ressaltar os efeitos na produção de alimentos básicos em países em desenvolvimento, que é trabalho intensivo, e que resultou em maiores problemas de abastecimento.

Restrições nos setores primários do agronegócio acarretaram reflexos nos demais segmentos da economia, sendo rapidamente verificadas quedas na demanda, na distribuição e no consumo (Guasque, 2020). As medidas de controle e as restrições da pandemia, causam paralização total nos embarques e desembarques de produtos, especialmente aqueles de origem internacional, prejudicando o trânsito e o suprimento de alimentos entre os países (JAIME, 2020). Causando assim um aumento na demanda de alimentos básicos e desabastecimento de determinados produtos (Sipioni et al., 2020).

O confinamento diante da proliferação global da Covid-19 e incerteza generalizada sobre a manutenção do suprimento, desencadeou na população a demanda por produtos agroalimentares, este comportamento foi chamado de “compras de pânico”. Levantamentos sobre o consumo em diferentes países atingidos pela pandemia refletiram o aumento na demanda de alimentos básicos em varejistas e supermercados, sobretudo na categoria de itens não-perecíveis (Eley; Abboud; Rocco, 2020).

Dessa maneira, Soendergaard et al. (2020), destaca que as incertezas sobre a crise sanitária e econômica constituem uma situação de crise global de saúde, e também de segurança alimentar. Entretanto, a insegurança generalizada no mercado internacional decorrente da pandemia (Oliveira, 2020), levou a impactos negativos e muitos desafios no setor brasileiro,

como a queda nas exportações, queda na demanda interna, externa e aumento dos custos de produção. O produtor rural precisou adaptar-se a produção, com restrições e elevação de valores ao longo de toda a cadeia produtiva.

Como expõe Alpino et al., (2020), a pandemia afetou diretamente vários setores da vida da população brasileira, entre elas o sistema alimentar. Diante desse cenário, a população mais frágil foi a mais impactada frente a insegurança alimentar. Para mitigar os impactos da pandemia, o governo apresentou uma ação relacionada à renda, como o auxílio emergencial, buscando amenizar os efeitos causados pela paralização da economia. Contudo, essa situação de vulnerabilidade já existia antes mesmo do novo coronavírus, no entanto, a pandemia foi fator acentuando desse cenário.

Percebe-se que a crise causada pelo coronavírus está diretamente ligada ao sistema agroalimentar global, principalmente quando se refere à produção e ao abastecimento. Os efeitos iniciais da pandemia acometeram a oferta e a demanda, em consequência das medidas impostas pela OMS, interrompendo a logística das produções e no escoamento dos produtos. As restrições causaram prejuízos aos países que são produtores, importadores e exportadores de alimentos, e o Brasil está entre esses países.

De acordo com Sipioni et al., (2020) apesar da tragédia sanitária causada pelo novo coronavírus, apontando consequências sociais graves e econômicas, com acentuação da pobreza. O agronegócio tem se recuperado, mostrando crescimento e reduzindo os impactos gerados pelo novo coronavírus, o setor precisou se adaptar a um novo ambiente de negócio e enfrentamento de desafios em relação à produção, distribuição e preço.

3 Materiais e Métodos

Considerando que o objetivo dessa pesquisa é efetuar um levantamento do Impacto da Covid-19 nos assentamentos rurais próximos ao município de Ponta Porã – MS a fim de verificar qual assentamento teve maior impacto em seus empreendimentos, foi efetuado um trabalho de cunho quantitativo, e tipo descritivo por meio de survey, com aplicação de um questionário com escala tipo likert 5 pontos em 6 assentamentos diferentes: Itamarati, Aba da Serra, Corona, Nova Era, Dorcelina e Boa Vista.

Ao total foram coletados 204 questionários, Itamarati (n = 36), Aba da Serra (n = 53), Corona (n = 26), Nova Era (n = 29), Dorcelina (n = 10) e Boa Vista (n = 50). O critério de escolha adotado foi de conveniência, considerando a disponibilidade dos respondentes. O questionário continha um questionamento se o respondente se considerava agricultor familiar, em qual assentamento vivia, e por fim contava com uma afirmação: “a pandemia atrapalhou muito meu negócio” cujo respondente assinalava uma escala de intensidade de concordância que variava entre concordo plenamente a discordo plenamente. A coleta ocorreu em dezembro de 2022.

Os dados foram tabulados e os resultados foram analisados por meio do teste de Kruskal-Wallis que analisa a variância de grupos na quais os dados são considerados como não paramétricos. Foram verificadas estatística H com 5 graus de liberdade, e estatística z com os valores de p-value menor que 5%, e por fim, o tamanho do efeito indicado por “r”. Conforme Cohen (1988) os valores de “r” entre 0,20 a 0,50 apresentam efeitos baixos, valores de 0,51 a 0,80 são considerados como efeitos médios, e valores acima de 0,81 são efeitos considerados altos. Os resultados foram utilizados para verificar a seguinte hipótese de pesquisa: *H1: os diversos assentamentos possuem diferentes percepções do impacto do Covid 19 em seus empreendimentos.*

Posteriormente, a estatística descritiva foi elaborada, para verificar a média, o desvio padrão, a mediana e a média do rank Kruskal-Wallis de cada assentamento.

4 Resultados e discussões

O teste de Kruskal-Wallis foi estatisticamente significativo ($H(5) = 16,422$, $p < 0,006$). Dessa forma, foi possível constatar que existia variância entre os assentamentos, onde ao menos um (ou mais) assentamentos sofreram mais impacto da pandemia em seus empreendimentos.

Dessa maneira, a hipótese *H1: os diversos assentamentos possuem diferentes percepções do impacto do Covid 19 em seus empreendimentos, não foi rejeitada*.

Posteriormente, foram analisadas as variâncias entre cada um dos assentamentos. Os resultados demonstraram que o assentamento Dorcelina, em comparação com os assentamentos Corona ($z = -3,334$; $p < 0,013$, $r = 0,56$), Boa Vista ($z = -3,403$; $p < 0,010$, $r = 0,44$) e Aba da Serra ($z = -3,155$; $p < 0,023$, $r = 0,40$), apresentou resultados estatisticamente significativos, evidenciando maior percepção dos agricultores familiares a respeito do impacto da pandemia em seus empreendimentos. Os outros assentamentos, com exceção do assentamento Dorcelina, não apresentaram variância estatisticamente significativa, sendo assim verificado por essa pesquisa, que os demais assentamentos perceberam o impacto da Covid de forma homogênea. Na Tabela 1 estão apresentados a estatística descritiva de cada um dos assentamentos em relação a percepção dos agricultores familiares a respeito do impacto da Covid em seus empreendimentos.

Tabela 1: Estatística descritiva dos assentamentos.

Assentamento	Média	Desvio Padrão	Mediana	Médio do Rank
Aba da Serra	2,73	1,87	2	97,60
Boa Vista	2,64	1,86	1	92,59
Corona	2,46	1,85	1	89,19
Dorcelina	4,80	0,42	5	157,50
Itamarati	3,55	1,40	4	118,08
Nova Era	2,89	2,00	1	102,16

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados evidenciam que o assentamento Dorcelina percebeu maior impacto da Covid 19 em seus empreendimentos. A média da percepção foi de 4,80 em uma escala de 5, com desvio padrão baixo (0,42) e mediana em 5. Dessa forma, é possível afirmar que os empreendimentos desse assentamento sofreram altos impactos com a pandemia.

Assentamentos como Aba da Serra, Boa Vista, Corona e Nova Era, apresentaram médias que variaram de 2,46 a 2,89 sobre a percepção dos impactos, de forma que os agricultores familiares se posicionaram como neutros na escala de percepção dos impactos da pandemia em seus negócios.

O assentamento Itamarati demonstrou uma média 3,55 de 5 pontos. Entretanto, esse assentamento não se afastou estatisticamente da percepção dos outros assentamentos.

5 Considerações finais

Esse trabalho teve como objetivo efetuar um levantamento do Impacto da Covid-19 nos assentamentos rurais próximos ao município de Ponta Porã – MS a fim de verificar qual assentamento teve maior impacto em seus empreendimentos. De forma que uma survey efetuada em 6 assentamentos verificou a percepção dos agricultores familiares a respeito do impacto da pandemia em seus negócios.

Os resultados evidenciam que o assentamento Dorcelina sofreu maior impacto da Covid 19 em seus empreendimentos. Dessa forma, é possível afirmar que os empreendimentos desse assentamento sofreram altos impactos com a pandemia em comparação aos outros assentamentos investigados.

Indica-se aos gestores públicos medidas que possibilitem sanar os impactos causados pela pandemia nos empreendimentos desses assentados. Fomentos ligados à facilitação da comercialização e ao complemento de renda são indicados, conforme defende Queiroz (2022).

Aos pesquisadores, uma sugestão de futuras pesquisas está em compreender os motivos desse assentamento receber maior impacto do que os outros assentamentos localizados próximos ao município de Ponta Porã – MS.

REFERÊNCIAS

ALPINO, Tais de Moura Ariza; SANTOS, Cláudia Roberta Bocca; BARROS, Denise Cavalcante de; FREITAS, Carlos Machado. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n.8, 2020.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. Editora Atlas SA, 2000.

BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45-62, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BURANELLO, Renato. **Manual do direito do agronegócio**. Saraiva Educação SA, 2018.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Avalia impactos do coronavírus no agronegócio**. Brasília: CNA, 2020.

COHEN, J. **Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences**. 2nd ed. New York: Psychology Press, 1988.

CUNHA, Roberto Cesar; ESPÍNDOLA, Carlos José. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Bahiav. 11, n. 1, 2015.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **Concept of agribusiness**. 1957.

GUASQUE, Barbara; GUASQUE, Adriane. A pandemia e o necessário e tempestivo retorno aos matizes keynesianos. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 19, n. 40, p. 259-276, 2020.

HAIR, Joseph et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Tradução de Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2017.

JAIME, Patrícia Constante. Pandemia de COVID19: implicações para (in) segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2504-2504, 2020.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, p. 111-130, 2006.

MAURI, Gabriela de Nadai; DE LIMA, Jairo Gustavo; POZO, Osmar Vicente Chévez; DE FREITAS, Rodrigo Randow. Startups no agronegócio brasileiro: uma revisão sobre as potencialidades do setor. **Brazilian Journal of Production Engineering-BJPE**, Espírito Santo, v. 3, n. 1, p. 107-121, 2017.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 201-218, 2010.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Covid-19: Global data. 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PAIM, Jairnilson Silva; TRAVASSO, Claudia Maria de Rezende; ALMEIDA, Celia Maria de; BAHIA, Ligia; MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Rev. The Lancet**. vol. 377, nº9779, 2011, P. 1778-1797.

PETERSEN, Paulo et al. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. ASPTA–Agricultura Familiar e Agroecologia, 2009.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sérgio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, 2021.

QUEIROZ, André Felipe et al. Entendendo a importância do controle gerencial para a performance econômica na agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 25, p. e2002-e2002, 2023.

QUEIROZ, André Felipe; ESPEJO, MMDSB. Management control practices in agribusiness: state of the art and research possibilities. **Revista Custos e Agronegócio**, 2021.

QUEIROZ, A. F. **Práticas de controle gerencial e fomentos voltados à agricultura familiar**: um framework teórico. 2022. Tese (Doutorado) – Curso de Administração, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2022.

SILVA, G. G.; CHEUNG, T. L.; VILPOUX, O. F.; SANCHES, F. T. Capital Social e Cooperação na Agricultura Familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SIPIONI, Marcelo Eliseu; RIQUEIRI, Manuela Ribeiro Lira; BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira; BISCOTTO, Denise Barbieri; SARTI, Tiago Dias; ANDRADE, Maria Angelica Carvalho. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. **Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, p. 1-21, 2020.

SOENDERGAARD, Niels; GILIO, Leandro; DE SÁ, Camila Dias; JANK, Marcos Sawaya. Impactos da covid-19 no agronegócio e o papel do Brasil. Insper-Centro do Agronegócio Global. n. 2, jun. 2020.

TALIARINE, Adriana Botelho; RAMOS, Darci de Jesus; FAVORETTO, José Ricardo. A. Importância da gestão no agronegócio brasileiro. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 6, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Natal-RN. 1997.